



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS

COMISSÃO GESTORA DO
PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL
RELATÓRIO DE DESEMPENHO
2015



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS

Índice

1	INTRODUÇÃO	3
2	ABRANGÊNCIA.....	3
3	RELATÓRIO	4
3.1.	CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA.....	5
3.2.	CONSUMO DE ÁGUA E ESGOTO	6
3.3.	RESÍDUOS SOLIDOS.....	7
3.4.	CONSUMO DE MATERIAL.....	10
3.5.	CRITÉRIOS SUSTENTÁVEIS EM OBRAS (LAYOUT)	12
3.6.	QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO	13
3.7.	LIMPEZA	15
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	15



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS

1 INTRODUÇÃO

Trata-se de cumprimento de determinação contida no artigo 23, § 1º, da Resolução CNJ n. 201/2015. Segundo o art. 12º dessa mesma Resolução, compete à Comissão Gestora elaborar, monitorar, avaliar e revisar o Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário. O PLS visa promover a responsabilidade socioambiental e inserir critérios de sustentabilidade nas atividades da administração pública. Neste sentido o Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul por meio da Portaria nº 766, de 27 de julho de 2015 criou a Comissão Gestora.

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça aprovou, na sessão do dia 16 de setembro de 2015, o Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, e em 22 de setembro 2015 foi publicado no portal do TJMS no endereço da Ecogestão (http://www.tjms.jus.br/projeto_ecogestao/).

Sendo assim, não há resultados alcançados em 2015 na evolução do desempenho dos indicadores estratégicos com foco socioambiental e econômico do PLS-PJMS, pois este foi aprovado em definitivo em setembro de 2015, e o plano de ações e metas em sua grande maioria foi planejado para o ano 2016.

Na realidade, não nos parece viável proceder-se à análise comparativa de indicadores referentes a período tão curto (três meses). Neste contexto, ainda que se pudesse verificar eventual redução no consumo de bens e recursos naturais, por exemplo, dita redução dificilmente poderia ser considerada objetivamente atribuída ao PLS.

Desta forma, inobstante as dificuldades apontadas, a fim de atender o preconizado pela Resolução, optou-se pela elaboração do relatório com a indicação das etapas até então realizadas do plano, eventuais dificuldades enfrentadas e indicadores apurados.

2 ABRANGÊNCIA

O PJMS possui 53 Comarcas ativas e uma que será reinstalada ainda este ano de 2016, abaixo demonstramos um mapa do Estado de Mato Grosso do Sul, com as devidas Comarcas.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS

3.1. CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

Na área de energia elétrica, durante o ano de 2014 e 2015 foram implantadas ou executadas as seguintes ações:

- acompanhamento de consumo;
- revisão do contrato de fornecimento de energia, visando à racionalização em razão da real demanda de energia elétrica do Órgão;
- campanha de incentivo à redução do consumo de energia;
- colocação de material visual para a conscientização do consumo de energia elétrica;
- melhoria no dimensionamento dos sistemas elétricos, reduzindo perdas.

O consumo total de energia elétrica faturado nos anos de 2014 e 2015 do PJMS aparecem apresentados nas tabelas abaixo:

MÊS/2014	GASTO (R\$)	MÊS/2015	GASTO (R\$)
Janeiro	R\$ 340.333,73	Janeiro	R\$ 381.176,26
Fevereiro	R\$ 441.364,22	Fevereiro	R\$ 472.763,89
Março	R\$ 379.969,65	Março	R\$ 584.354,30
Abril	R\$ 414.467,68	Abril	R\$ 627.800,99
Mai	R\$ 400.146,31	Mai	R\$ 585.544,03
Junho	R\$ 351.026,58	Junho	R\$ 540.256,40
Julho	R\$ 351.980,47	Julho	R\$ 513.223,46
Agosto	R\$ 401.536,14	Agosto	R\$ 553.254,69
Setembro	R\$ 483.341,94	Setembro	R\$ 587.352,04
Outubro	R\$ 561.411,84	Outubro	R\$ 714.878,02
Novembro	R\$ 504.795,27	Novembro	R\$ 662.327,95
Dezembro	R\$ 420.333,18	Dezembro	R\$ 585.855,57



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS

Total	R\$ 5.053.707,01	Total	R\$ 6.808.787,60
--------------	-------------------------	--------------	-------------------------

Vale salientar que a tarifa de energia elétrica subiu em 2015, com uma média de 51%, conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) entre janeiro a dezembro.

O custo de produção de eletricidade no país vem aumentando principalmente desde o final de 2012, com a queda acentuada no armazenamento de água nos reservatórios das principais hidrelétricas do país.

Para poupar água dessas represas, o país vem desde aquela época usando mais termelétricas, que funcionam por meio da queima de combustíveis e, por isso, geram energia mais cara. Isso encarece as contas de luz. Entretanto, também contribui para o aumento de custos no setor elétrico o plano anunciado pelo governo ao final de 2012 e que levou à redução das contas de luz em 20%.

Para chegar a esse resultado, o governo antecipou a renovação das concessões de geradoras (usinas hidrelétricas) e transmissoras de energia que, por conta disso, precisaram receber indenização por investimentos feitos e que não haviam sido totalmente pagos até então. Essas indenizações ainda estão sendo pagas, justamente via Conta de Desenvolvimento Energético.

3.2. CONSUMO DE ÁGUA E ESGOTO

Na área de água e esgoto, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- campanha para incentivo de consumo consciente de água;
- substituição de torneiras convencionais nos lavatórios por torneiras com temporizador;
- Estabelecimento de rotina acerca da periodicidade de irrigação de jardins, estipulando períodos padronizados para essa atividade em cada época do ano;
- Captação da água da chuva para limpeza de calçada e irrigação de jardim;
- Instalação de redutores de pressão nas torneiras;
- Monitoramento de uso da água no prédio do Poder Judiciário.

O consumo de água faturado em 2014 e 2015 apresenta-se disposto na tabela abaixo.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS

MÊS/2014	GASTO (R\$)	MÊS/2015	GASTO (R\$)
Janeiro	R\$ 70.179,49	Janeiro	R\$ 72.429,38
Fevereiro	R\$ 111.134,90	Fevereiro	R\$ 87.902,61
Março	R\$ 97.577,75	Março	R\$ 108.449,96
Abril	R\$ 93.701,21	Abril	R\$ 105.858,19
Maiο	R\$ 98.166,17	Maiο	R\$ 108.299,39
Junho	R\$ 104.549,46	Junho	R\$ 105.265,39
Julho	R\$ 100.488,19	Julho	R\$ 128.660,84
Agosto	R\$ 106.783,91	Agosto	R\$ 139.297,32
Setembro	R\$ 107.442,98	Setembro	R\$ 159.860,52
Outubro	R\$ 115.071,60	Outubro	R\$ 138.291,53
Novembro	R\$ 100.212,05	Novembro	R\$ 139.016,81
Dezembro	R\$ 74.149,14	Dezembro	R\$ 122.998,30
Total	R\$ 1.179.402,85	Total	R\$ 1.416.330,24

Em relação ao aumento da água e esgoto em 2015, se dá ao fato que as contas desse indicador subiram em média 14,75%, conforme o Índice Nacional de Preço ao Consumidor.

3.3. RESÍDUOS SÓLIDOS

Os resíduos hoje produzidos no PJMS são em grande parte encaminhados para a coleta convencional, responsável pela coleta de resíduos sólidos e pela limpeza pública de cada município.

Embora o sistema básico de coleta de resíduos exista há muitos anos, o PJMS ainda carece de um diagnóstico mais aprimorado no conjunto de suas comarcas para uma avaliação e otimização do processo. Iniciativas nessa direção já existem, como um projeto piloto desenvolvido no Fórum da Comarca de Anastácio, por



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS

meio do Juiz Luciano Pedro Beladelli e em parceria com a Empresa de Materiais Recicláveis Dedé, vem promovendo um trabalho de reciclagem de materiais.

Outra questão relevante é que, apesar de existirem equipamentos para a realização da segregação, a exemplo de lixeiras seletivas distribuídas pelos fóruns, os resíduos ainda não são direcionados para a coleta seletiva, pois ao final do processo são misturados ao resíduo comum. Além disso, a existência de uma cultura informal de comercialização dos materiais de maior valor econômico, que hoje contribui para a redução de cerca do volume total de resíduos produzidos nos fóruns, evidencia outro grande desafio a ser resolvido: o que fazer com os resíduos recicláveis?

Em 2006 o Governo Federal editou o Decreto nº 5.940/2006, que regulamenta aos órgãos públicos, em todos os níveis, a destinação dos resíduos a associações de catadores de papel (Coleta Seletiva Solidária). Há, portanto, a necessidade de esforços da administração pública para que se organizem e façam cumprir essa exigência legal, estabelecendo seu sistema de gerenciamento de resíduos sólidos.

Em maio/2012 começou a desenvolvimento do projeto de descarte consciente de lâmpadas fluorescentes do Poder Judiciário, a fim de atender a Lei n. 12.305/2010, que recomenda logística reversa. O PJMS deste então, acondiciona e armazena as lâmpadas inservíveis em caixas nos prédio do Tribunal de Justiça e Fórum de Campo Grande/MS e depois encaminha para uma empresa terceirizada especializada com este tipo de resíduos.

Considerando ainda a missão de contribuir como agente de evolução social por meio de uma gestão sustentável, desenvolvemos no ano de 2015 o projeto de coleta de pilhas e baterias. As caixas coletoras são produzidas pela marcenaria deste Egrégio e depois as coletas são realizadas pela GM e Logística de Transporte, sem custo, uma vez que é uma iniciativa dos fabricantes e importadores de pilhas e baterias, que desenvolveram o programa "ABINEE RECEBE PILHAS", visando atender à Resolução CONAMA 401/2008.

Na tabela abaixo informamos a quantidade de lâmpadas fluorescentes, reatores, luminárias de emergência, pilhas e baterias.

Ano	Reatores e Luminárias de emergência	Lâmpadas Fluorescentes	Pilhas e Baterias*
2012 à 2015	497,20 kg	21.354 unidade	116,40 Kg

*Pilhas e baterias referente a coleta 2015.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS



Figura 1 – Coletas das lâmpadas



Figura 2 – Projeto papa pilha.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS

3.4. CONSUMO DE MATERIAL

Consumo de papel – No contexto atual, em que a consciência ambiental cada vez mais se aprimora em diversos setores da sociedade, a Comissão entende que a meta de reduzir o consumo é inovadora e trará muitos benefícios não só ao Judiciário como também ao meio ambiente. Nesse sentido, esse projeto reforça as campanhas para o alcance dessa meta, que exigirá esforços, em especial na conscientização dos servidores e colaboradores. De início, tem sido sugerida a redução, o reaproveitamento e a reciclagem do papel, mas o PJMS já adota várias ações para a sua economia como:

- Sistema de Controle de Documentos e Processos Administrativo Virtual (SCDPA) desde 2009, que tem por finalidade a comunicação interna, sem a necessidade de impressões;
- Malote digital para efetivação dos benefícios legais como alvará de soltura, progressão de regime ao semiaberto e aberto, livramento condicional e saídas temporárias para tratamento de saúde de custodiados em unidades penais do Estado;
- 100% do papel consumido pelo TJMS são certificados pela CERFLOR (Programa Brasileiro de Certificação Florestal) e PEFC (Programme for the Endorsement of Forest Certification Schemes);
- Confecções de bloco de anotações confeccionado pela de Reprografia do TJMS;
- Sistema eletrônico de tramitação de processos judiciais.

No Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, os papeis A4 são fornecidos por uma empresa terceirizada que faz a manutenção das impressoras, e uma parte do fornecimento acontece pela Secretaria de Bens e Serviços, deste Egrégio.

Dessa forma, nesta primeira tabela informamos a quantidade e o valor gasto com papel que é distribuída pela Secretaria de Bens e Serviço deste Tribunal de Justiça/MS.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS

Descrição	Quantidade de resmas/2014	Quantidade de resmas/2015
Consumo de papel branco Certificado	5.494	5.938
Valor Gasto com aquisição de papel branco certificado	R\$ 47.246,21	R\$ 53.888,09

Nesta segunda tabela demonstramos a quantidade de papéis impressos pelo Poder Judiciário/MS, e que foram distribuídas pela empresa terceirizada.

Descrição	Quantidade de folhas/2014	Quantidade de folhas/2015
Consumo de papel branco Certificado	21.212.264,00	19.309.655,00
Valor Gasto com aquisição de papel branco certificado	-	R\$ 1.545.478,72*

Obs.: não foi possível apresentar o valor gasto para 2014.

*Valor pago referente aos meses de janeiro a novembro/2015

Informamos que conforme o contrato 01.092/2011, firmado com a empresa CTIS Tecnologia S/A, o valor acima é referente a páginas impressas por tipos de equipamentos e impressão/cópia em função da quantidade de páginas impressas ou fotocopiadas.

Copos descartáveis - Nesse item, verificamos que o consumo ainda é muito grande, mas neste ano de 2016 serão disponibilizados as canecas e reforçaremos nas campanhas para sensibilização a fim de conter o desperdício. O que se espera, é que o consumo dos copos descartáveis diminua.

Descrição	Quantidade consumida/2014	Quantidade consumida/2015
Consumo de copos de 180ml	35.916 pacotes*	42.184 pacotes*



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS

descartáveis		
Consumo de copos de 50ml descartáveis	10.852 pacotes*	12.106 pacotes*
Gasto total com aquisição de copos descartáveis	R\$ 116.363,37	R\$ 144.795,47

*cada pacote vem 100 unidades.

3.5. CRITÉRIOS SUSTENTÁVEIS EM OBRAS (LAYOUT)

O PJMS estabeleceu critérios de sustentabilidade para serem implementadas em novas construções e reformas de edificações nas áreas da instituição. A implementação destes critérios em cada obra depende de uma análise de viabilidade financeira.

3.5.1. Isolamento Termo-acústico

São especificadas telhas com preenchimento de material isolante, como PU (Poliuretano) ou EPS (ISOPOR) para as coberturas. Isto permite que menos calor incida no ambiente interno, visto que através da cobertura o calor também é emitido para o interior do ambiente.

Nas paredes não convencionais (paredes de gesso ou drywall), são especificados isolantes termo-acústicos para o preenchimento das paredes, como lã de rocha ou lã de vidro.

3.5.2. Torneiras

Torneiras pressurizadas de fechamento automático são especificadas nos lavatórios dos banheiros, pois conferem considerável economia no uso da água em relação às torneiras comuns.

3.5.3 Bacias Sanitárias

Em sua grande maioria são especificadas bacias sanitárias com caixa acoplada, que conferem mais economia de água em comparação às bacias sanitárias que utilizam o sistema de descarga por válvula.

Iremos adotar as descargas de parede com duplo acionamento (sólidos e líquidos) nos prédios a serem construídos e quando existir reforma será verificado a possibilidade de se adotar esse equipamento.

3.5.4. Condicionamento de Ar Artificial

O condicionadores de ar adquiridos a partir do ano de 2014, com capacidade de 12.000 Btu e 18.000 Btu são inverter e possuem selo A PROCEL – Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica, do INMETRO, Instituto



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS

Nacional de Metrologia e Qualidade, visto ser o condicionamento de ar artificial um dos grandes consumidores de energia elétrica. O equipamento etiquetado com o selo A garante uma maior eficiência energética, ou seja, proporciona o mesmo efeito de refrigeração se comparado a equipamentos de função similar e classificações inferiores, pois consomem menos energia elétrica para desempenhar a mesma tarefa.

Os equipamentos de 24.000 possuem selo B e 36.000 Btus possuem classificação C.

3.5.5. Luminárias mais Eficientes

São especificados nos projetos de instalação elétrica luminárias com lâmpadas de baixa potência e que conferem um melhor rendimento; as luminárias devem possuir um alto brilho de refletância, o que assegura um maior aproveitamento do potencial lumínico da lâmpada; os reatores especificados possuem alto fator de potência, o que confere mais economia de energia elétrica.

3.5.6. Madeiras

Nos projetos arquitetônicos é especificado o uso de madeira na construção proveniente de madeiras que forneçam esta matéria-prima com a sua devida certificação. Com isto, anui-se que foi realizada a extração ou manejo de maneira menos impactante ou mais sustentável possível.

3.6. QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO

Instituída pela Resolução nº 112, de 28 de janeiro de 2015, a Política e o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho, desenvolvido pela Secretaria de Gestão de Pessoal, foi elaborado com base em uma ampla pesquisa realizada por meio de um inventário de avaliação, disponibilizado na intranet, que buscava fazer um diagnóstico da qualidade de vida no trabalho no âmbito do Poder Judiciário. A avaliação teve a participação de 61,25% do total de magistrados, servidores e colaboradores.

Tal pesquisa levou à elaboração de um documento que definiu os valores e princípios que balizam a Política de Qualidade de Vida no Trabalho, além das estabelecer as ações norteadoras do programa. Com base neste documento, o Programa começou a ser desenvolvido no Judiciário de Mato Grosso do Sul ao longo do ano de 2015, por meio de diversas ações.

Em julho deste ano foi publicada a Portaria nº 760, que constituiu o Comitê Gestor do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho para gerenciar as ações norteadoras do Programa de Qualidade de Vida no Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul composto por servidores para organizar, orientar e monitorar os projetos e as ações do Programa. O comitê reúne-se uma vez por mês.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS

Entre os programas e projetos desenvolvidos pelo Programa de QVT em 2015 há diversas ações voltadas para a área de saúde, como o Programa de Educação em Hipertensão Arterial (PHAS) dos magistrados e servidores do Fórum de Campo Grande, Juizados e Secretaria do Tribunal de Justiça, que contou com a participação de 597 pessoas.

Houve também a realização do Programa de Alimentação Saudável com 638 consultas nutricionais e 160 avaliações de Bioimpedância; o Projeto Acupuntura na Saúde Ocupacional, com a realização de 245 sessões; o Projeto de Prevenção em Saúde Bucal de Adultos e Infantojuvenil, que contou com a Ação Educativa Odontológica com a participação de 38 crianças, filhos de servidores; e o Programa de Vacinação Antigripal, onde foram aplicadas 1.987 doses de vacina em magistrados e servidores em todo Estado.

Foram realizadas ainda grandes campanhas de prevenção ao câncer, como Outubro Rosa, voltado para o Câncer de Mama, e o Novembro Azul, para a prevenção do Câncer de Próstata. Também foi realizada a quarta edição do Circuito de Bem-Estar, em parceria com o Hospital do Coração, que neste ano atendeu 265 servidores. Somente na prevenção do Câncer de Colo do Útero foram atendidas 38 mulheres. O circuito de Bem-Estar contou também com duas palestras que foram transmitidas para as comarcas via intranet.

Outra ação desenvolvida pelo Programa de Qualidade de Vida em 2015 foi o Programa de Preparação para Aposentadoria, que busca a valorização do servidor que encerra sua carreira no TJMS. A iniciativa está sendo avaliada como de grande importância para quem se aproxima dessa nova etapa na vida profissional.

O Concurso de Fotografias do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul e o as campanhas do Pacijus também fazem parte das atividades e ações relativas à Qualidade de Vida no Trabalho, em parceria com a Secretaria de Comunicação, que também ajuda na divulgação das diversas ações do programa.

A qualidade de vida no trabalho inclui também uma preocupação com o ambiente de trabalho. Para isso, o Programa de QVT, em parceria com a Secretaria de Bens e Serviços, deu início à substituição de assentos em todo o Estado; à atualização das copas com aquisição de geladeiras, fogão, micro-ondas, carrinho de copa e liquidificador; instalação de telefonia sem fio com ramal adicional; e a instalação de ar condicionado splits.

Para 2016, além de manter e programar os projetos já em andamento, o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho buscará operacionalizar o Programa "Banco de Dados Epidemiológicos", para propor ações preventivas de doenças que mais acometem os magistrados e servidores. O programa buscará ainda desenvolver projetos com vistas à saúde mental e equilíbrio emocional.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PJMS

Neste ano de 2016 a Ginástica Laboral foi implantada como projeto-piloto na Central de Processamento Eletrônico, com o objetivo de prevenir e reduzir doenças ocupacionais.

3.7. LIMPEZA

A aquisição de produtos nos contratos atuais é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex.produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).

Ao decorrer de realização de novas licitações será contemplado no edital que a empresa especializada na prestação, de forma contínua, dos serviços de limpeza, asseio e conservação diária o uso de produtos biodegradáveis.

Na tabela abaixo informamos o valor gasto com limpeza no PJMS.

Nome do indicador	Valor/ 2014	Valor/ 2015
Gasto com limpeza pela área construída	R\$ 10.370.547,43	R\$ 11.562.937,87
Grau de repactuação	10,65%	11,49%

Os contratos de limpeza firmados englobam o fornecimento de material e de limpeza.

Os percentuais de repactuação apresentados consideram os reajustes decorrentes Convenção Coletiva e INPC previstos nos Contratos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a elaboração do plano de logística sustentável para PJMS, pensou-se na dimensão estratégica deste instrumento de gestão, de como ele seria capaz de lançar as bases para transformar o território do PJMS em uma parte de uma cidade exemplar para a qualidade de vida e sustentabilidade ambiental.

A pretensão de iniciar um sistema de gestão integrado capaz de inter-relacionar as atividades do judiciário com o contexto ambiental logo se mostrou uma possibilidade, mas de longo prazo.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS

Corroboraram para essa constatação algumas das limitações, como a abrangência do PJMS e dos temas a serem abordados, a fragilidade dos inventários e diagnósticos do PJMS e a exiguidade de tempo da equipe hoje disponível.

No entanto, ao se passar da planificação para a execução das ações propostas e alcançar a desejada concretude rumo a níveis mais levados de qualidade social e ambiental, é que emerge a maior das limitações: a participação dos servidores e magistrados na elaboração do PLS.

Neste relatório, ainda não podemos evidenciar os resultados do PLS de 2015, mas apenas um breve indicativo de que o Poder Judiciário do Mato Grosso do Sul vem contribuindo como agente de evolução social por meio de uma gestão sustentável, e que no decorrer do ano de 2016 os planos e metas serão aplicados para assim desenvolver mais uma ação de boas práticas a favor do meio ambiente, e reforçando seu compromisso com a sociedade.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Comissão Gestora do PLS

Comissão Gestora

Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça

Dr. Alexandre Antunes da Silva

Direção-Geral

Marcelo Vendas Righetti

Secretaria de Obras

- Núcleo Socioambiental

Rosiley Ferreira Cristaldo

Maria Cristina Tamiozzo

Assessoria de Planejamento

Titular: Tatiana Barbosa Rodrigues

Substituto: Josiany Angelica Silva Oliveira

Secretaria de Bens e Serviços

Titular: Larissa de Almeida Fagundes

Substituto: Alessandro de Oliveira Cardoso

Secretaria de Comunicação

Titular: Carlos Alberto Kuntzel

Substituto: Diego Espindola Virgilio

Secretaria de Gestão de Pessoal

Titular: Maria de Fátima Lessa Bellé

Substituto: Fabiana Ricartes de Oliveira Corradini

Secretaria da Tecnologia da Informação

Titular: Charles Cestari Baruki

Substituto: Altair Junior Ancelmo Soares

Secretaria de Finanças

Titular: Adriana Lechuga do Amaral Prestes

Substituto: Marcela Oliveira Armstrong Batistela

Escola Judicial do Estado de Mato Grosso do Sul

Titular: Magna Trindade Nantes Fontoura

Substituto: Rosimar Maria da Silva Gomes